

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CAMILA ROCHA IANN

**O MESSIAS É SEMPRE O MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS EMBATES
TELEVISIVOS DO DEPUTADO JAIR BOLSONARO**

**São Borja
2019**

CAMILA ROCHA IANN

**O MESSIAS É SEMPRE O MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS
EMBATES TELEVISIVOS DO DEPUTADO JAIR BOLSONARO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Cultura de Paz e Práticas de Comunicação Não Violenta da Universidade.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo

**São Borja
2019**

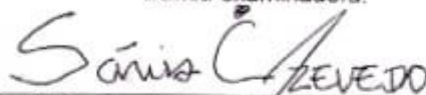
CAMILA ROCHA IANN

O MESSIAS É SEMPRE O MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS EMBATES
TELEVISIVOS DO DEPUTADO JAIR BOLSONARO

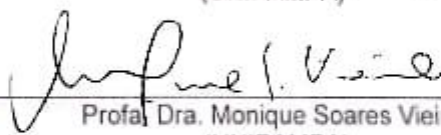
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado, como requisito parcial para
obtenção do Título de Especialista em
Cultura de Paz e Práticas de
Comunicação Não Violenta pela
Universidade.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 19 / 10 / 19.

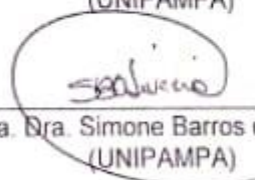
Banca examinadora:



Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo
Orientador
(UNIPAMPA)



Prof. Dra. Monique Soares Vieira
(UNIPAMPA)



Prof. Dra. Simone Barros de Oliveira
(UNIPAMPA)

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E CULTURA DE PAZ

Aos 19 dias do mês de OUTUBRO do ano de 2019, às 11 h 00 min, na sala 2104 da UNIPAMPA, Campus São Borja, realizou-se

a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso em Práticas de Comunicação Não Violenta e Cultura de Paz, intitulado

“OMESSIAS É SEMPRE O MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS EMBATES TELEVISIVOS DO DE
produção, do(a) acadêmico(a) pós-graduando(a) PUTARO

CAMILA IANN foi avaliada pelos professores: JAIR BOLSONARO
MONIQUE SOARES VIEIRA, SIMONE B. DE OLIVEIRA e RO

DOMINGOS SAVIO CAMPOS DE AZEVEDO (orientador/a). Transcorridos os procedimentos legais previstos à realização e deliberação quanto à banca examinadora e registrado

o resultado em ata, atribui-se ao(a) aluno(a) a média final A, estando o(a) mesmo(a) PRÉSENTE nessa atividade.

Campo para assinaturas

Professores:	<u>S. Bolsonaro</u>
	<u>Monique Soares Vieira</u>
	<u>Sônia Creveador</u>
Aluno(a):	<u>Camilla R. Iann</u>

O MESSIAS É SEMPRE O MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS EMBATES TELEVISIVOS DO DEPUTADO JAIR BOLSONARO

Camila Rocha Iann¹

Domingos Sávio Campos de Azevedo²

RESUMO

Este artigo visa analisar o discurso político desenvolvido na televisão pelo então deputado federal Jair Messias Bolsonaro durante dois embates midiáticos em 2003 e 2014, a hipótese principal é que o deputado se constrói no discurso como violento, autoritário e antidemocrático, atuando em campanha permanente tanto pela televisão como pelas redes sociais. Foram coletados e decupados do *Youtube* os vídeos “‘Não estupro você porque você não merece’, diz Bolsonaro a Maria do Rosário” e “Bolsonaro agrediu verbalmente uma repórter da Rede TV”. Em seguida, é procedida uma Análise de Discurso do texto dos dois vídeos. Os discursos foram analisados levando-se em consideração o dito e o não-dito, o dispositivo imaginário e também a Comunicação Não-Violenta. Os resultados confirmam a hipótese inicial.

Palavras-chave: Bolsonaro; discurso; campanha permanente; comunicação não-violenta; política.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A recente eleição do ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil é considerada pela cientista política chilena Marta Lago, como sendo parte de um refluxo mundial da democracia, ou como diria Charles Tilly, professor de ciências sociais da Columbia University, parte de um processo de desdemocratização. Mas, a história política do capitão não é recente e o seu comportamento como político parece se repetir ao longo do tempo.

Bolsonaro entrou na política após ficar conhecido por ter planejado ações terroristas dentro do Exército Militar, ainda quando capitão do exército, a fim de reivindicar salários melhores aos militares. Dentre essas ações, estavam explodir

¹ Bel. em Jornalismo; acadêmica do curso de Especialização em Práticas de Comunicação Não-Violenta e Cultura de Paz da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – São Borja. E-mail: camilaiann@gmail.com

² Doutor em Ciência Política – Professor associado da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – São Borja. E-mail: domingosazevedo@unipampa.edu.br

bombas em pontos estratégicos nos quartéis do exército e no Rio de Janeiro, o que resultou em 15 dias de prisão para Bolsonaro e a sua exclusão do quadro da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

O uso da mídia para fazer política acontece de forma constante, pois nas democracias representativas, o poder deve sempre ser conquistado e/ou mantido. Tal processo é denominado de campanha permanente. Assim, como diz Ferraz (2008), pode-se afirmar que as técnicas utilizadas na comunicação eleitoral dos candidatos vitoriosos são as mesmas utilizadas na comunicação governamental do mandato, uma vez que é necessário obter apoio da opinião pública durante um mandato para projetar a próxima vitória na próxima eleição.

Com a ajuda das redes sociais, a política tem se tornado um jogo de quem ganha mais atenção do público e é conhecendo seu público que cada político constrói sua narrativa ao longo do tempo. Com as funcionalidades e a capacidade de viralização que a internet dispõe, é através dela que são direcionados os discursos para atingir uma determinada comunidade. Com isso, a facilidade de expor opiniões aumenta, diminuindo as probabilidades de debate público, gerando, segundo Goldstein (2019, p. 158) “una lucha despiadada orientada a la producción del escándalo y la captura de la atención”.

Tendo menor participação hoje, nos meios tradicionais de divulgação que dispunham de filtros e editores de conteúdo, de acordo com o autor, esses escândalos servem para impor agenda sem filtros, gerando a ruptura dos debates públicos. Esses debates apenas são feitos em pequenas comunidades que pensam o mesmo entre si, criando-se uma zona de conforto que não possui confronto, apenas mais do mesmo, o que aumenta, segundo Goldstein (2019), o preconceito.

As comunidades que são formadas por um público determinado (apoiadores de um candidato ou outro) e que ficam inseridas em um mundo fechado das redes sociais (páginas do *Facebook*, por exemplo), utilizando dessas ferramentas para criar uma “formação de sentido comum” (GOLDSTEIN, 2019, p. 162) e acabam tendo uma falsa ideia de debate. Goldstein (2019, p. 162) afirma que “su mundo se configura a través de las redes y les otorga un sentido de pertenencia y reafirmación de sus creencias”.

Goldstein (2019) aponta que, em uma pesquisa realizada por Marcelo Alves em 2014, identificou-se a formação de grupos “antipetista” nas redes, que

reivindicavam o antipartidarismo. Desde então, os grupos de apoio ao parlamentar Jair Bolsonaro têm usado as redes sociais para fazer campanha ao atual presidente do Brasil. Na campanha eleitoral de 2018 esses grupos buscaram mostrar Bolsonaro como um “cidadão comum”, com o intuito estabelecer relações de proximidade.

O autor ainda usa como exemplo as jogadas eleitorais de Roger Stone, assessor dos presidentes norte-americanos Richard Nixon e Donald Trump, no qual Stone acredita que usar o ódio nas campanhas é mais forte que usar o amor e a solidariedade, atingindo uma denominada “maioria silenciosa”. Entram nessa jogada questões que aumentam o preconceito e os ressentimentos da maioria silenciosa. O autor afirma que “el odio nace de un modo más visceral que el amor en el ser humano. Se encuentra más arraigado en el instinto de supervivencia animal, en lo más bajo de las pulsiones humanas” (GOLDSTEIN, 2019, p. 165). Em suas dicas, Stone afirma que a política é um espetáculo e que os escândalos chamam mais atenção.

É através das redes sociais que se pode separar públicos distintos e aproximar os afins, gerando a reafirmação de identidades e crenças. Segundo Goldstein (2019), nas redes pró Bolsonaro, cria-se um “lugar de construcción del enemigo “petista” o “izquierdista”” (GOLDSTEIN, 2019, p. 166), sendo suficiente para disseminar o ódio para aqueles que não pensam igual e também para associar questões que não pertencem a narrativa de direita, como sendo dos seus “oponentes”.

Neste artigo propôs-se analisar o discurso de Jair Bolsonaro ainda deputado, a partir do referencial teórico e metodológico da Análise de Discurso e da Comunicação Não-Violenta, em duas ocasiões: em 2003, quando se desentendeu com a deputada Maria do Rosário sobre a maioria penal, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvljc>; e em 2014, quando discutiu com a jornalista Manuela Borges, na época, repórter da Rede TV, sobre a ditadura militar, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pdut72EC2GA>. Pretende-se a partir deste estudo jogar luz sobre o passado recente para tentar compreender melhor o presente.

2. TEORIA DO DISCURSO

A análise de Discurso tem como objeto de estudo o discurso. Segundo Orlandi (2003, p. 15), “a palavra discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Para a Análise de Discurso é imperativo saber que não existe neutralidade nem no uso mais banal das palavras no cotidiano.

Os seres humanos são animais interpretativos, não existe comunicação sem interpretação. Assim, a Análise de Discurso objetiva a compreensão de como os textos, que podem ser falados ou escritos, produzem sentidos. Para Orlandi (2003, p. 26), “a compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto”. Aqui a linguagem é entendida como sendo a mediação necessária entre os homens e suas realidades sociais e naturais.

Para Orlandi (2003), todo discurso traz em si uma memória e os efeitos de sentido. Na produção textual, usa-se recursos para expressar um sentido e não outro. Tais recursos são denominados de “efeitos de sentido” e podem ser obtidos por meio do duplo sentido, da ambiguidade, da ironia e do humor. O enunciado é “o que é dito”, já a enunciação é “como se diz” o que é dito. Existem efeitos de sentido na enunciação escrita ou oral, levando em consideração que o sentido se constitui na relação entre interlocutores que usam a língua e as condições de produção do enunciado.

Desta maneira, a Análise de Discurso faz uma leitura que propõe e procura ir além do que se diz, do que é evidente e fica na superfície. Aqui as palavras mobilizadas para dizer algo produzem efeitos de sentido. Os diferentes efeitos de sentido que se pode dar a uma mesma enunciação apontam para diferentes filiações de sentido, que por sua vez remetem para a memória e as circunstâncias que, segundo Orlandi (2003), “mostram que os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos”.

Para Orlandi (2003, p. 30), “os dizeres [...] são efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem que

apreender”. As condições de produção do discurso envolvem basicamente o sujeito e a situação. Dentro deste panorama, pode-se destacar, ainda, a memória discursiva, ou seja, os sentidos que outros discursos tiveram no passado. A memória é capaz de acionar e acrescentar muitos elementos ao discurso.

Orlandi (2003), explica que, no que se refere às condições de produção do discurso, primeiro tem-se o contexto imediato da enunciação; e depois também deve-se levar em conta o contexto ideológico e sócio histórico em que este discurso está inserido. Ainda na mesma obra, a autora diz que o discurso vem carregado de emoções e sentimentos externados pelo locutor, que são evidenciados através da expressão corporal e entonação de voz, que aqui são considerados efeitos de sentido.

Para a Análise de Discurso a memória pode ser identificada também como um interdiscurso. Segundo Orlandi (2003, p. 31), “este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído”. De forma que cada discurso carrega uma historicidade implícita, isto é, vem se formando ao longo do tempo e através da memória. Nenhum discurso, hoje, foi dito pela primeira vez, formando o interdiscurso. O interdiscurso, então, é aquilo que já foi dito em algum outro momento e também por outras pessoas, de acordo com Orlandi (2003), a repetição torna-se necessária para que o saber discursivo faça sentido.

As condições de produção também trazem consigo o mecanismo imaginário. Tal mecanismo produz a imagem do objeto do discurso assim como dos sujeitos envolvidos no discurso. Tem-se desta forma, neste artigo, como diz Orlandi (2003), a imagem de: A) quem sou eu (Bolsonaro) para lhe falar assim? (sujeito locutor); B) quem é ela (Maria do Rosário/Manuela Borges) para que eu lhe fale assim? (sujeito interlocutor); e C) do que eu estou lhe falando? (objeto do discurso). O mesmo mecanismo produz a imagem dos sujeitos e do objeto do discurso, ambos colocados dentro de uma determinada conjuntura sócio histórica.

Por fim, a Análise de Discurso indica que “o que é dito” está relacionado ao “que não é dito”. Segundo Orlandi (2003, p. 82), “o não-dizer tem sido objeto de reflexão de [...] O. Ducrot (1972). Distinguindo, na origem de sua reflexão, como diferentes formas de não-dizer (implícito), o pressuposto e o subentendido”.

Continua Orlandi (2003 p. 82), “este autor vai separar aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem (pressuposto) daquilo que se dá em contexto (subentendido)”.

Para os fins do presente trabalho, será utilizado somente o conceito de pressuposto. O pressuposto, para Ducrot (1987), “é apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se, ou seja, como um elemento do universo do discurso”. Desta forma o pressuposto é aquilo que não sendo dito no que é dito, pode por uma questão lógica ser deduzido do que é dito. Por exemplo, se alguém diz que parou de beber, pode-se deduzir que essa pessoa bebia antes, ou seja, não pode dizer que parou de beber se não bebia antes.

3. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO: CONTEXTO IMEDIATO DA ENUNCIÇÃO

3.1. A “maioridade penal” e o primeiro ano do governo Lula

Vindo de um período de ditadura militar, ainda recente na memória dos cidadãos em geral e de alguns atores políticos em particular, em 2003 o Brasil se encontrava no primeiro mandato do presidente Luis Inácio “Lula” da Silva, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O PT foi fundado em 1980, como forma de oposição à ditadura militar, no qual socialistas, trabalhadores, sindicalistas e até mesmo setores da igreja católica (GARRAMUÑO, 2019), uniram-se apoiando a volta da democracia. Segundo Hérnan Bruera (2015), o partido estava interessado na participação da sociedade civil, uma vez que

el PT manifestó desde un inicio su rechazo a las prácticas de tutelaje, subordinación y manipulación utilizadas por los partidos tradicionales en América Latina y Brasil, y creó una organización genuinamente interesada en la sociedad civil y su participación, capaz de desarrollar relaciones más programáticas y participativas entre sus diferentes grupos. (BRUERA, 2015, p. 81-82)

Esse partido, segundo o autor, se diferencia dos outros partidos de massa brasileiros, uma vez que o PT surgiu “de baixo para cima” (BRUERA, 2015, p. 82) tendo desde o princípio como base os trabalhadores da indústria e depois

expandindo esta base para várias categorias de trabalhadores e, com o passar dos anos, incorporando também setores da classe média com as suas lutas por direitos humanos e ambientais.

O PT, também, sempre esteve junto com as lutas de vários movimentos sociais brasileiros, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na luta pela reforma agrária. Por outro lado, com a bandeira dos direitos humanos, o governo Lula desenvolveu políticas públicas que ajudaram na economia e no desenvolvimento do país, gerando as condições para a população de baixa renda tivesse alguma possibilidade de mobilidade social.

Mas a questão da segurança pública e da criminalidade sempre dividiu os brasileiros entre aqueles que acham que o combate ao crime é uma questão de repressão policial, e aqueles que acham que é uma questão social, que envolve por exemplo: acesso à educação e o respeito aos Direitos Humanos. O primeiro episódio de discussão pública exibida pela imprensa do deputado Jair Bolsonaro com a deputada Maria do Rosário, objeto desta análise de discurso, aconteceu em 2003 e teve como início os debates sobre maioria penal. Fixada em 18 anos, no Brasil, a maioria penal é um tema delicado e que rende muita polêmica.

A discussão entre os deputados em 2003 ocorreu quando ambos davam entrevista sobre o caso “Champanha”, adolescente que, junto de um amigo, havia sequestrado um casal - Liana Friendenbach e Felipe Caffé - além de estuprar e matar Felipe e Liana, no interior de São Paulo. Dentre as agressões verbais, o deputado Jair Bolsonaro disse à deputada Maria do Rosário que não a estupraria por ela não merecer, após a deputada afirmar que era ele (Bolsonaro), que “promovia aquelas violências”.

Segundo uma pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa Datafolha³, em 2003, 84% dos brasileiros defendiam a redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade, 58% acreditava que o governo deveria investir no combate ao desemprego e melhorias na educação, já outros 32% acreditavam que o governo deveria aumentar o número de policiais nas ruas.

Além disso, Bolsonaro afirmou não ter medo de perder seu mandato por decorrência da discussão. No segundo episódio, também exibido pela imprensa, o deputado repetiu a agressão em 2014 na Câmara dos Deputados, acrescentando

³ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1227559-84-votariam-a-favor-da-reducao-da-maioridade-penal.shtml>

que ela era “muito feia” e “não fazia seu tipo”. Apesar de Maria do Rosário entrar com processo contra Bolsonaro, o pedido de desculpas saiu apenas em junho de 2019, através de uma publicação em seu perfil oficial do twitter, por determinação judicial.

3.2. O primeiro mandato de Dilma Rousseff e a relação com os militares

Dilma Rousseff ganhou as eleições de 2010 com 56,05% dos votos no segundo turno, sendo assim a primeira mulher a se tornar presidente no Brasil e teve inicialmente uma aprovação de 70% no seu governo. As coisas começaram a mudar quando Dilma teve tensões com o partido do seu vice-presidente, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), quando, após escândalos de corrupção, Dilma destituiu alguns ministros que faziam parte desse mesmo partido. Segundo Goldstein (2019), por causa desses escândalos de corrupção, a presidente recebeu muitos questionamentos vindos da imprensa brasileira, que obtiveram como resposta mais atenção de Rousseff, que, segundo Goldstein (2019, p. 46), declarou “prefiero las voces criticas de la prensa libre al silencio de las dictaduras”. O autor aponta que entre 2011 e 2012 cerca de 40 milhões de pessoas deixaram a condição de “pobreza” e tiveram condições para utilizar de serviços como andar de avião ou ter acesso a créditos para comprar casa própria.

Dilma Rousseff foi uma militante contra a ditadura em 1964, isso resultou em sua prisão, onde foi submetida a torturas e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Em 2011, Dilma criou a Comissão Nacional da Verdade. Essa comissão teve como objetivo investigar casos de violação dos direitos humanos cometidos pelo Estado contra cidadãos brasileiros durante a ditadura militar.

Em 2013 o governo Dilma sofreu com as manifestações estudantis, que surgiram em Porto Alegre e depois se espalharam pelo Brasil, contra o aumento da passagem de ônibus e foram impulsionadas por um movimento denominado “Passe Livre”. Segundo Goldstein (2019), apesar de no início a imprensa brasileira denunciar as manifestações como “anarquia”, logo viram que estes protestos estavam diminuindo com a popularidade da presidente brasileira, que até então estava com um índice recorde de aprovação. As manifestações também se

reportavam a copa do mundo que se realizaria no ano seguinte com o conhecido grito de guerra: “não vai ter copa”.

Já em 2014 o Brasil foi sede da Copa do Mundo, neste ano as manifestações passaram a ser por melhorias na saúde e na educação, essas demandas eram tão “heterogêneas” que tinham um tom apartidário e tiraram do PT o lugar onde ele tinha mais influência: a rua. Segundo Goldstein (2019), nas manifestações foram criando-se outros movimentos, muitos deles de direita, que se beneficiaram desse momento “anticorrupção” que se instaurou no país durante os anos 2013-2016.

Em abril de 2014, o deputado Jair Bolsonaro se envolveu em outra polêmica quando agrediu verbalmente a jornalista Manuela Borges, da Rede TV. As agressões começaram após a repórter indagar o deputado sobre a ditadura militar de 1964, antes do início da solenidade de 50 anos do Golpe Militar. A cerimônia acabou sendo suspensa na Câmara dos Deputados, primeiro temporariamente e depois em definitivo, em função da troca de agressões entre defensores e detratores da ditadura de 1964. Além de brigas entre manifestantes, houve também protestos silenciosos quando o deputado Jair Bolsonaro teve a sua vez de fala, nos quais os manifestantes e alguns parlamentares de partidos de esquerda ficaram de costas.

A comissão da verdade, que desagradou os militares, foi extinta em dezembro de 2014, depois de, ao longo de três anos, ter promovido mais de cem audiências e apresentações de relatórios que auxiliaram em identificações de restos mortais que se encontravam desaparecidos. Com o seu relatório final apresentado, a Comissão Nacional da Verdade identificou mais de 400 casos de mortes e desaparecimentos por conta do Estado, além de sugerir mais de 20 medidas e políticas públicas para prevenir a violação dos Direitos Humanos.

Especialmente no governo Dilma, segundo Mathias, Zague e Santos (2019), as forças armadas foram utilizadas no auxílio às polícias civil e militar na implementação de uma política de segurança pública que procurava deixar o cotidiano dos brasileiros mais seguro. Foi durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores que o exército recebeu como uma das principais missões a Garantia da Lei e da Ordem, tornando-se uma regra das Forças Armadas.

4. COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

Ao falar em violência, uma das primeiras coisas ao qual o cérebro humano se remete é ao ato de agredir fisicamente algo ou alguém, mas a violência pode ocorrer não apenas em situações de contato físico, ela também acontece de forma simbólica. A forma verbal de agressão por muitas vezes passa despercebida, mas é justamente nela que existe a violência. Marshall Rosenberg (2006) afirma que as palavras podem causar grandes dores e mágoas à vítima.

Segundo o autor, a comunicação não-violenta (CNV), utiliza um conjunto de habilidades que tornam a comunicação ainda mais humana, é uma ferramenta que liga o ser humano ao seu interior para mudar a forma como está se comunicando com os outros. Além disso, Rosenberg (2006) utiliza o termo “julgamentos moralizadores” para definir a maneira em que o ser humano julga o outro, uma vez em que está condicionado a julgar o outro de uma forma naturalizada. Esses julgamentos podem ser identificados em várias formas, dentre elas o insulto.

O insulto é uma forma do ser humano de classificar alguém cujas atitudes estão erradas, em sua visão. O autor ainda lembra que não se pode confundir julgamentos moralizadores com juízo de valor, pois os juízos de valores são questões nas quais o ser humano acredita ser o melhor para a vida e os julgamentos moralizadores são feitos quando alguém fere esses juízos. Ademais, o autor acredita que a ação de classificar e julgar o outro estimula atos violentos.

Rosenberg (2006) afirma que as violências também estão ligadas ao fato de que o pensamento designa que, para que haja o conflito, deve existir algum erro. Desta forma, por muitas vezes a violência tem como um estopim a ideia de que (na visão de alguém) o outro faz algo errado e merece ser punido. Essa ideia de punição existe pois há toda uma construção discursiva que é feita através de filmes, novelas, livros e na história em si, na qual deve ser feita uma distinção entre pessoas boas e más, assim, as pessoas más (que fazem algo errado), devem ser punidas. Essas classificações e comparações também são uma forma de julgamento. O autor trabalha a ideia de que na CNV deve-se assumir a responsabilidade pelos atos, pela maneira como se age e pelos sentimentos, ao não fazer isso, o ser humano torna-se perigoso por não ter consciência sobre suas atitudes.

Rosenberg (2006) aponta outras formas de “comunicação alienante”, como por exemplo, usar da exigência para que desejos sejam atendidos, rotulações de merecimento e não-merecimento, comparações e julgamentos baseados em moral. Estas comunicações alienantes são frutos de construções históricas que o ser humano aprende sem perceber, ao mesmo tempo que também dissemina a ideia sem ter consciência sobre, essas atitudes além de ferir o outro que escuta também pode machucar àquele que profere violências, a comunicação não-violenta, por outro lado, é guiada pela compaixão, sendo uma comunicação “compassiva”.

Observa-se que, na política, quando há falta de confiança na população é quando os governantes recorrem à violência, de acordo com Muller (2007), isso ocorre na intenção de fazer os cidadãos “obedecerem”, mas isso dura por pouco tempo e não lhes dá nenhum poder. O poder político é baseado em palavra e ação “que se reforçam mutuamente” (MULLER, 2007, p. 127).

Nos componentes da CNV encontram-se ações como observar sem avaliar, identificar necessidades e sentimentos, saber assumir a responsabilidade pelos próprios sentimentos e também reconhecer, depois das etapas anteriores, qual é o pedido que deve ser feito para que a necessidade seja suprida. Apesar de trabalhar com a observação sem julgamentos, segundo Rosenberg (2006, p. 51), “a CNV não nos obriga a permanecermos completamente objetivos e nos abstermos de avaliar”, exercer a comunicação não-violenta é além disso, é saber justamente quando está observando e quando está avaliando, é fazer com que a avaliação seja um fruto da observação daquele momento e naquele determinado contexto.

Muller (2007) ainda afirma que a política deve ser alicerçada na palavra para que não haja violência. A vida política se constitui no “juntos”, uma vez que a ação política só se consolida quando existe a troca entre Estado e cidadãos, quando existe a palavra. Em um regime totalitário, essa troca não existe, quebrando com a liberdade cidadã de agir junto com o Estado. O autor afirma que toda violência que parte do Estado é um modo de “insucesso da ação política por não ter conseguido controlar situações conflitantes sem recorrer à violência” (MULLER, 2007, p. 130).

Assim, a comunicação não-violenta atua em cada ser, independente do seu grau de atuação diante da sociedade. Para que exista menos violência interna e silenciosa, é necessário que a sociedade como um todo tome ciência de seus atos e

de suas palavras e, além disso, que cada ação gera outra reação, seja em si, seja no outro.

5. A ANÁLISE DOS EMBATES

Considerando um primeiro momento, foi analisado o discurso do deputado, a partir do mecanismo imaginário. É, desta forma, que Bolsonaro se constrói durante as discussões analisadas: 1) aquele que decide; 2) aquele que afirma; 3) aquele que define; 4) aquele que intimida; 5) aquele que ofende; 6) aquele que coloca em dúvida. Desta forma, pode-se perceber que ele se constrói como autoritário, violento e questionador. De outro lado, o deputado constrói a imagem das suas interlocutoras da seguinte forma: 1) aquela que pode ser agredida; 2) aquela que pode ser intimidada; 3) aquela que não merece ser respeitada; 4) aquela que não merece ser valorizada; 5) aquela que não sabe o que faz; 6) aquela que me persegue. Assim, pode-se identificar que ele as constrói como inferiores e persecutórias.

Por fim, o deputado Bolsonaro constrói o objeto do seu discurso, ou seja, “do que ele está falando”, da seguinte forma: 1) ofensas são aceitáveis; 2) a violência é aceitável; 3) o estupro é aceitável; 4) o sentimento do outro pode ser banalizado; 5) o constrangimento público (ameaça velada de perda do emprego), é uma conduta possível e aceitável; 6) a imprensa pode ser utilizada para os meus objetivos; 7) a imprensa não é importante; 8) a troca de favores entre jornalistas e políticos é conduta aceitável no jornalismo; 9) o trabalho jornalístico é sempre político-partidário; 10) livros podem ser feitos como peças de propaganda ideológica. Aqui, pode-se perceber a banalização da violência, o desrespeito e a desvalorização da imprensa e, finalmente, a afirmação do Estado como ferramenta pública para ser usada para fins privados e personalíssimos.

Considerando um segundo exercício de análise, foi analisado o discurso do deputado Jair Bolsonaro, a partir daquilo que se pode pressupor deste discurso. Por ordem cronológica, foi analisado em primeiro lugar o discurso sobre o desentendimento com a deputada Maria do Rosário, em 2003. Levando em conta que o confronto se deu através do debate sobre maioria penal, Bolsonaro foi acusado de promover violências. Como reação à acusação, o deputado se achou no direito de “mandar” a imprensa gravar a discussão. Seguindo a análise do

pressuposto, quando Bolsonaro se sente no direito de mandar a imprensa a gravar de acordo com as suas vontades, ele pressupõe que a imprensa tem a obrigação de fazer o que ele quer, demonstrando total desconsideração com o conceito de imprensa livre, que é um dos fundamentos da democracia e com a liberdade de imprensa.

Quando o deputado se sente acusado de ser estuprador, ele afirma que não estupraria a deputada por ela não merecer, pressupondo-se que ele acha normal a cultura do estupro, sendo um insulto à noção de direitos humanos, que é a base da ordem mundial construída desde o final da segunda Guerra Mundial, além de também não respeitar o parlamento e o regime democrático, pois a deputada também é um membro do parlamento. Ainda no mesmo tema, quando Bolsonaro chama a família da deputada de estupradores, o deputado pressupõe que conhece a família da mesma e ainda demonstra desconsideração em fazer acusações sem ter como comprovar os fatos, lembrando que no ordenamento jurídico brasileiro, o ônus da prova é de quem acusa.

Em determinado momento da discussão, Bolsonaro se sente poderoso o suficiente para comandar as emoções e reações da deputada Maria do Rosário, quando decide “permitir” que a deputada chore, mostrando desdém e banalizando os sentimentos de sua colega e também deixando claro a sua falta de noção a respeito dos limites de seu poder enquanto parlamentar e homem. Além disso, o deputado também demonstra falta de consideração com o seu mandato, quando declara que não tem medo de perdê-lo por crime de decoro, desrespeita seus eleitores e mantém desprezo com a função legislativa, peça fundamental para o funcionamento da democracia e no limite com a próprio regime democrático.

Já em 2014, Bolsonaro entrou em confronto com a jornalista Manuela Borges depois de a repórter indagar o deputado sobre a ditadura militar que ocorreu no Brasil durante os anos 1964 a 1985. Quando o deputado diz que não queria ofender a jornalista, pressupõe-se que ele seria capaz de ofender, mesmo sendo esta uma conduta vedada para os parlamentares por configurar quebra de decoro e ser passível de ter o mandato cassado; além disso, Bolsonaro debocha da repórter, indagando se ela o faria responder criminalmente sobre suas ações, deixando pressuposto que ele não teme a lei, o que configura uma conduta totalmente inadequada para alguém que tem como ofício fazer leis a serem cumpridas.

Seguindo a análise do “dito-não/dito”, pode-se notar que a partir da fala do deputado, de que a jornalista estaria tentando impor a sua verdade, se pressupõe que para ele, não existe uma verdade, mas sim várias verdades e que estas podem ser impostas, Bolsonaro demonstra desconsideração com um dos fundamentos que sustentam a noção de imprensa imparcial, que busca uma única verdade. Aqui Bolsonaro parece naturalizar a noção de *fake news*.

O deputado também realiza ameaças veladas de perseguição política a um profissional que deve gozar de liberdade de imprensa. Bolsonaro difama a jornalista por quatro vezes num intervalo de 1 minuto e 15 segundos, pressupondo-se que o deputado acha que ofensas morais são um comportamento normal para um legislador e que não se deve ter consideração com a imprensa enquanto instituição fundamental para com o estado democrático de direito. Bolsonaro também afirma estar “cagando e andando” para a repórter, mostrando falta de ética e respeito para com sua semelhante e também desrespeitando o lugar de trabalho da repórter, com os telespectadores e com o parlamento ao usar palavras de baixo calão, além de reafirmar que a imprensa só possui importância quando for para suprir suas vontades, como ocorrido na discussão com a deputada Maria do Rosário.

Ao fazer uso de palavras de baixo calão, Bolsonaro expressa desrespeito a uma profissional da imprensa e com a importância da imprensa para a democracia. Além disso, o deputado pressupõe, mais de uma vez, que a jornalista pode não ser imparcial e que seus questionamentos seriam para ganhar algo em troca, “uma boquinha”, mostrando que ele (Bolsonaro) possui uma mentalidade patrimonialista e que mais uma vez coloca em dúvida a ética jornalística.

Dentre as interpretações que se podem observar a partir da análise dos pressupostos presentes no discurso de Bolsonaro, aquelas que mais se repetem são: 1) desrespeito ao parlamento; 2) desrespeito à imprensa; 3) desrespeito à democracia; e 4) desrespeito aos telespectadores/eleitores. A categoria discursiva mais elencada nesta análise e que foi constatada nas duas discussões que envolveram o deputado Jair Bolsonaro, foi a do discurso autoritário e violento, com um farto uso de palavras de baixo calão, em que muitas vezes foram uma tentativa de desmoralizar as duas mulheres com as quais discutiu, mostrando desprezo com a equidade de gênero e com os Direitos Humanos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, considerando que no âmbito da comunicação não-violenta, o deputado, por mais que não tenha agredido fisicamente em ambas discussões, foi violento para com as suas semelhantes e com alguns direitos básicos e ainda, fez forte uso de uma comunicação alienante, uma vez que julga e aponta “erros” nos outros e não enxerga suas próprias falhas, julgar o outro é uma forma de expressar as próprias necessidades e valores e, como já dito anteriormente, julgar e classificar alguém é também uma forma de estimular a violência.

A comunicação alienante se mostra muito presente no discurso de Bolsonaro, uma vez em que ele também nega a responsabilidade por suas ações e quando faz o uso de um jogo de quem merece o que, esse pensamento direciona que alguns atos merecem recompensas e outros punições, tais atitudes bloqueiam a comunicação compassiva. Porém, a comunicação alienante tem raízes mais profundas do que o deputado possa enxergar e também entender. Julgar, comparar e classificar alguém vem de muito antes e tem uma carga histórica, vinda de sociedades hierárquicas que precisavam controlar públicos, desta forma, o público permanece de forma ordenada por ter sido instruído a pensar em uma “autoridade” maior para regular suas ações.

Apesar de a CNV trabalhar com a comunicação compassiva, saber como lidar com a raiva também é uma forma de comunicação não-violenta, a atitude da outra pessoa pode ser um estímulo, mas nunca a causa da raiva, por causa da raiva, o deputado agrediu e foi violento nas duas discussões, uma vez que a deputada Maria do Rosário não concordava com ele e outra que a jornalista Manuela Borges indagou sobre algo que ele considera estar errado.

Em síntese, da raiva ao ódio, é dessa maneira que Jair Bolsonaro se constrói politicamente até hoje e foi que o ajudou a chegar à eleição do cargo de presidente brasileiro. O ódio parece ser mais eficaz do que o amor em uma campanha e Bolsonaro se encontra em uma “campanha permanente”, campanha que se pode identificar já em 2003 e 2014, passando por 2018 e chegando até o seu comportamento enquanto presidente da República. Conhecendo seus eleitores, Bolsonaro tem uma narrativa de “despreocupado” com o que os outros pensam e

com o resultado de suas atitudes, gerando ainda mais polêmica e causando a ruptura de debates.

Desta forma, pode-se perceber que mesmo usando a televisão, as redes sociais são a sua principal ferramenta de campanha pois não existe filtro para o que será recebido e o que será dito, além de que toda a aparição sua na TV, logo está nas redes. Assim, se mantendo em campanha permanente, mesmo fora do período eleitoral, a fim de conservar e aproximar mais eleitores. Na última campanha, Bolsonaro conseguiu ganhar mais atenção da “maioria silenciosa”, aqueles que não apoiavam os governos do PT, que ficou 14 anos no poder. Esses mesmos eleitores descontentes também acreditam que “bandido bom é bandido morto” e apoiam o porte de armas, questões que o governo petista não corroborava.

Bolsonaro aderiu ao discurso de microfascismo popular, de uma parcela da população que foi desempoderada pela ênfase dada a luta pela equidade de gênero, durante os governos do PT e que apoiava o porte de armas em um momento que o país passava por sérios problemas de corrupção e segurança pública, de forma a defender esse porte de armas para o dito "cidadão de bem".

Sua ideologia sexista de violência contra as mulheres, como se pode constatar durante esta análise, dá mais voz a maioria silenciosa dos e das machistas, nega as diferenças sociais e ainda reforça a hierarquia, trazendo mais uma vez à tona o autoritarismo no país, o que ficou evidente no segundo turno das eleições de 2018, uma vez que os "bolsonaristas" atacaram outros militantes que não seguiam suas ideias.

MESSIAS IS ALWAYS THE SAME: A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE CONGRESSMAN JAIR BOLSONARO’S TELEVISION CLASHES

ABSTRACT

This paper aims to analyse the politic speech developed in the television by the federal congressman, in that time, Jair Bolsonaro during two clashes in the media in 2003 and 2004, the main hypotesis is that the congressman builds himself in the speech as violent, authoritarian and undemocratic acting in a permanent campaign either by television or social networks. Some videos from Youtube were gathered and decupted such as “I don’t rape you because you don’t deserve it”, says Bolsonaro to Maria do Rosário” and “Bolsonaro verbally attacked a reporter from

Rede TV”. Then, it is made a speech analysis in the text of both videos. The speeches were analysed concerning the said and the not said words, the imaginative device and also Non violent communication. The outcomes confirm the initial hypothesis.

Key-words: Bolsonaro; speech; permanent campaign; non violent communication and politics.

REFERÊNCIAS

BRUERA, Héran F. Gómez. **Lula, el Partido de los Trabajadores y el dilema de la gobernabilidad en Brasil**. México: FCE, CIDE, 2015.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas - SP: Pontes, 1987.

GARRAMUÑO, Florencia. **Brasil caníbal**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2019.

FERRAZ, Francisco. **Manual completo de campanha eleitoral**. Porto Alegre: LP&M, 2008.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. **Bolsonaro. La democracia de Brasil en peligro**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Marea, 2019.

MATHIAS, Suezeley Kalil; ZAGUE, Jose Augusto; SANTOS, Leandro Fernandes Sampaio; **A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 25, nº1, jan.-abr., p.-136-168, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v25n1/1807-0191-op-25-1-0136.pdf>>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

MULLER, Jean-Marrie. **O princípio da não-violência**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 5ª ed. 2003.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais**. São Paulo: Ágora, 2006.